

## REFLEXÕES ELEMENTARES SOBRE TEORIA E PRÁTICA DOS CONCEITOS E DO ENSINO DE TEXTO

**Francisco Cleiton Cardoso Batista**  
(PROFLETRAS/UFC – Mestrado)

### INFORMAÇÕES SOBRE O AUTOR

**Francisco Cleiton Cardoso Batista** é licenciado em Letras (2010) pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. Atualmente, é aluno do Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS) pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: [cleitonbatist@hotmail.com](mailto:cleitonbatist@hotmail.com)

RESUMO	ABSTRACT
<p>Este trabalho discorre, ainda que de maneira sintetizada, sobre teoria e prática dos conceitos e do ensino de texto. Isso com a finalidade de chamar a atenção para a importância de os professores (direciona-se aqui, principalmente, aos professores da Educação Básica) conhecerem tais conceitos a fim de que, a partir disso, direcionem suas práticas pedagógicas. Tendenciamos aqui a apresentar e discutir conceitos presentes nos mais diversos materiais que expõem alguma coisa a respeito do conceito de texto, desde os simples dicionários escolares até os dicionários de linguística. Apesar de apresentarmos concepções diversas de texto, visto que o propósito é exatamente mostrarmos e comentarmos os materiais a que professores e alunos de língua materna estão expostos, apresentaremos e discutiremos – também, e, sobretudo –, os conceitos presentes no Funcionalismo Linguístico e na Linguística Textual. Assim, retomaremos discussões presentes em Halliday (1976, apud CHARAUDEAU; MAINGUENAU, 2016), Beaugrande (1997, apud MARCUSCHI, 2008), Marcuschi (2008), Koch (2014), Antunes (2009), Cavalcante e Custódio Filho (2010), entre outros. Nosso interesse é, acima de tudo, discutir como essas teorias estão influenciando o ensino de língua materna (neste caso, Língua Portuguesa), sobretudo na Educação Básica. Desse modo, defende-se aqui a necessidade de um equilíbrio na prática docente, de modo a entender que o texto é composto de material linguístico e extralinguístico, ambos importantes no e para o processo de desenvolvimento e prática da linguagem.</p>	<p>This paper discusses, although in a synthesized way, about theory and practice of concepts and text teaching. That has a goal to draw attention to the importance of teachers (it is directed here, mainly, to the teachers of Basic Education) know these concepts, so that, from there, they direct their pedagogical practices. We tend to present and discuss concepts present in the most diverse materials that expose something about the concept of text, from the simple school dictionaries to the dictionaries of Linguistics. Although we present different conceptions of text, since the purpose is exactly to show and comment on the materials to which the native language teachers and students are exposed, we will present and discuss - and specially - the concepts present in Linguistic Functionalism and Textual Linguistics. Thus, we will return to discussions in Halliday (1976, apud CHARAUDEAU; MAINGUENAU, 2016); Beaugrande (1997, apud MARCUSCHI, 2008); Marcuschi (2008); Koch (2014); Antunes (2009); Cavalcante and Custódio Filho (2010), among others. Our interest is, mainly, to discuss how these theories are influencing the teaching of native language (in this case, Portuguese language), especially in basic education. Therefore, the need for a balance in teaching practice is defended here, in order to understand that the text is composed of linguistic and extralinguistic material, both important in and for the process of language development and practice</p>

PALAVRAS-CHAVE	KEY-WORDS
Texto; Ensino; Teoria; Prática	Text; Teaching; Theory; Practice

## INTRODUÇÃO

Dentro do estudo de línguas, o conceito de texto se apresenta – ou, pelo menos, deveria – como algo de fundamental importância para que pesquisadores da área, professores e estudantes possam compreender o principal objetivo deles ao estudar qualquer coisa relacionada à sua língua e à de outrem. Isso porque outros conceitos (e, conseqüentemente, os usos) como, por exemplo, de sintaxe, morfologia, fonologia, coesão, coerência só fazem sentido se estiverem atrelados à noção de texto.

As discussões sobre texto, contexto, coerência e coesão estão cada vez mais frequentes no campo dos estudos de língua, ainda que de maneira mais enfática nos cursos de graduação e de pós-graduação. Elas estão também no âmbito da escola básica, porém ainda de maneira insuficiente e(ou) inadequada. O fato de essas discussões estarem acontecendo cada vez mais frequentemente é algo indubitavelmente positivo, pois mostra que aqueles que se debruçam sobre esta área estão percebendo a necessidade da formação de indivíduos verdadeiramente capazes de usar a língua como instrumento de interação, entendendo que esse instrumento dispõe a seu favor de inúmeros mecanismos de significação.

Chamamos atenção, entretanto, para alguns fatos que podem ser obstáculos na aplicabilidade dos estudos linguísticos, podendo impedir ou, ao menos, retardar a efetiva contribuição que os estudos acadêmicos podem proporcionar à formação básica dos indivíduos que estão iniciando seu desenvolvimento linguístico.

Primeiramente, temos o fato de as discussões sobre a língua – geradas normalmente no âmbito acadêmico – serem apresentadas em visões muito diferentes, chegando, em muitos casos, à ausência de consenso sobre determinados assuntos. Não é novidade vermos – principalmente no campo acadêmico – uma espécie de disputa de correntes linguísticas, em que se defendem com certo vigor (ou mesmo rigor) algumas teorias; por exemplo, estruturalismo versus funcionalismo; gramática normativa versus sociolinguística. Isso acaba sendo repassado para os acadêmicos dos cursos de Letras, os quais serão os futuros professores da educação básica.

Esses fatos podem provocar uma falta de equilíbrio no momento de adesão das teorias sobre ensino da língua, como se a adesão de uma tivesse de levar, necessariamente, à exclusão de outra. Antunes (2009, p.10) já alerta para esta questão do extremismo no ensino da língua, ao mencionar o fato de se considerar apenas o material linguístico ou desconsiderá-lo por completo. Além disso, há um distanciamento temporal muito grande entre o momento da elaboração da teoria e o momento de sua aplicação, bem como - em muitos casos - uma má interpretação delas por parte de muitos, havendo certo destoamento entre teoria e prática. Em relação a

esse último aspecto, a impressão que temos é que, por diversos motivos, parte dos professores da educação básica ou não acompanham as discussões linguísticas depois de estarem em sala, ficando presos a estudos do seu tempo de graduação, ou o fazem de modo reducionista.

Nesse contexto, mostra-se imprescindível a necessidade de os professores de língua materna atualizarem seus conhecimentos acerca das diversas teorias relativas à linguagem e ao ensino da língua para que seu trabalho aconteça de modo embasado e direcionado, produzindo o efeito tão esperado.

Defendemos, assim, neste trabalho, uma postura de equilíbrio e de reflexão, por parte de todos aqueles que trabalham com teoria e prática do ensino de línguas, especialmente a materna, tanto no que diz respeito aos conceitos, como no tocante à sua aplicabilidade. O que estamos dizendo é que tanto os teóricos precisam pensar na aplicabilidade de suas teorias, quanto os professores de educação básica precisam conhecer os estudos para fazerem as escolhas mais acertadas no ensino da língua.

Este trabalho está organizado da seguinte forma: são apresentados, primeiramente e de maneira resumida, os conceitos de texto e de língua; paralelamente e(ou) concomitantemente são feitas indagações relacionando teoria e prática. Depois, são indagadas possíveis causas e consequências de escolhas ou repulsas de certas teorias linguísticas feitas pelos professores, sobretudo, da educação básica; e, por fim, nas considerações finais, são discutidas as possíveis combinações conceitos, buscando o equilíbrio, e como isso pode nortear o professor e ajudá-lo a desenvolver de forma plena a linguagem do educando. Como forma de organização e de simplificação dos conceitos aqui apresentados, partiremos, sempre que possível, daqueles presentes em dicionários (comuns ou especializados) para conceito(s) mais abrangente(s) presente em livros didáticos (de alguma forma), seja pelo fato de serem direcionados a alunos da educação básica, seja por serem direcionados aos professores também de educação básica. Além de discutirmos também os conceitos nos estudos linguísticos. Isso se justifica exatamente pelo fato de que esses conceitos comuns, prontos, mastigados e acabados são aqueles que chegam à sala de aula para serem estudados e aplicados.

## 1 AS DEFINIÇÕES DE TEXTO: ONDE CABEM OS SENTIDOS?

Como já dissemos acima, o nosso intuito é discutirmos os diversos conceitos a que os usuários da língua estão expostos. Assim, usaremos os conceitos presentes desde os dicionários comuns (os mais acessíveis e, conseqüentemente, os mais consultados) até dicionários da linguística, bem como conceitos presentes em alguns textos de estudiosos sobre o assunto. Iniciaremos com os conceitos presentes no dicionário Caldas Aulete.

Texto (*tex.to*) [ês] **sm.** 1. Encadeamento de palavras ou de frases escritas. 2. Qualquer obra escrita, tomada em sua versão original (texto bíblico; texto jurídico). 3. Restr. Passagem da Bíblia citada por orador sacro, para ser tema de sermão. 4. Fragmento da obra de um autor: *Usamos, no exercício, um texto de Plínio Marcos* 5. Matéria escrita ou impressa (em oposição a ilustração, iconografia) (AULETE, *on-line*, s/p).

De acordo com o explícito no dicionário Aulete, o conceito de texto apresenta duas restrições, as quais são hoje inaceitáveis por qualquer estudioso da área: a primeira é que o conceito está voltado para o grafocentrismo, ou seja, apenas o texto escrito; a segunda é que, pelo que está explícito, o texto é voltado somente para a organização linguística. É claro que as palavras e as frases são carregadas de sentidos e quando se forma o texto a partir delas, se formam também os sentidos, o texto não acontece só no encadeamento. O que estamos chamando a atenção aqui é para o fato de que em nenhum momento o autor deixou claro ou pelo menos insinuou que o texto tem ligação primordial com os sentidos. Neste caso, o conceito se mostra, no mínimo, insuficiente.

Vejamos agora o conceito texto presente no dicionário Aurélio (*on-line*, s/p, grifo do autor) versão digital

**Texto (ês) [Do lat. *textu*, ‘tecido’.]** Substantivo masculino. 1. Conjunto de palavras, de frases escritas: o texto de um livro, de um estatuto, de uma inscrição. 2. Obra escrita considerada na sua redação original e autêntica (por oposição a sumário, tradução, notas, comentários, etc.): o texto da Bíblia; o texto da lei. [...] Texto (1) manuscrito ou impresso (por oposição a ilustração). 6. Qualquer texto (1) destinado a ser dito ou lido em voz alta: um texto teatral; o texto de um noticiário. 7. E. Ling. Excerto de língua escrita ou falada, de qualquer extensão, que constitui um todo unificado. 8. E. Ling. Toda e qualquer expressão, ou conjunto de expressões, que a escrita fixou. [Pl.: textos. Cf. *testo* (ê), s. m., pl. *testos* (ê); *testo*, do v. *testar*; e *testo*, s. m. e adj., pl. *testos*.]

Percebemos que no dicionário Aurélio, o conceito de texto aparece um pouco mais amplo, apesar de as primeiras definições estarem voltadas também para o grafocentrismo e para o encadeamento de palavras e de frases. No entanto, nos itens sete e oito, quando se trata do Ensino da Língua, a definição aparece como um “todo unificado”, resvalando para a questão do sentido e acrescenta o fato de esse todo poder ser falado ou escrito. Apesar de já resvalar para a ideia do texto como “todo unificado”, percebemos, pelo menos, duas falhas: essa ideia não aparece no início do verbete, o que parece não ser prioridade e o fato de não se referir ao texto não verbal.

Esses equívocos de olhar o texto apenas como uma sequência de frases são descendentes de conceitos ultrapassados, tanto de texto como de língua. Isso porque “a definição do conceito de texto foi inicialmente gramatical e tipologizante”

(CHARAUDEAU; MAINGUENAU, 2016, p. 466). Assim, para as gramáticas de texto, um texto é uma “sequência bem-formada de frases ligadas que progridem para um fim” (SLAKTA, 1985 apud CHARAUDEAU; MAINGUENAU, 2016, p. 476). Ainda sob a óptica do grafocentrismo, Ricoeur (1986 apud CHARAUDEAU; MAINGUENAU, 2016, p.476), concebe o texto como “todo discurso fixado pela escrita”.

Se perguntarmos às pessoas que não são estudiosos da linguagem o que – para elas – seria texto, talvez boa parte use a mesma definição de articulação de frases escritas. Para professores e alunos que estão neste momento na educação básica, é possível que acrescente a ideia do texto não verbal. No entanto, ainda assim, terão a visão do texto como a organização das estruturas linguísticas, sejam escritas (texto verbal escrito), sejam faladas (texto verbal falado), seja a organização do material tipográfico (texto não verbal). Essas concepções entendem o texto como algo estático que está lá com seus significados à espera de alguém para apreendê-los. Em outras palavras, não olham para o processo de interação, de modo a compreendê-lo como algo que é e não como algo que acontece.

Nas teorias linguísticas, a ideia de texto como algo que acontece no processo de interação, sendo, portanto, fruto desse processo, já existe há, pelo menos, duas décadas, mas ainda não chegou – pelo menos em parte – ao cotidiano das pessoas. Tudo isso mostra o quanto é demorado para que as atualizações das pesquisas teóricas cheguem ao cotidiano dos usuários da língua.

Outro conceito hoje bastante discutido e talvez definido no campo acadêmico, mas que ainda não chegou com eficácia ao campo da prática é o de língua. Isso provoca outro problema, porque a noção que se tem de língua influencia diretamente a noção que se tem de texto, o que influencia diretamente no foco e nas abordagens das aulas de língua materna.

Ao longo dos estudos de linguística, a língua pôde e pode ser vista de vários ângulos teóricos. Usaremos aqui o resumo apresentado em Marcuschi (2008, p.59), no qual ele mesmo tece comentários – entre parênteses:

- a) como forma ou estrutura – um sistema de regras que defende a autonomia do sistema diante das condições de produção (posição assumida pela visão formalista);
- b) como instrumento – transmissor de informações, sistema de codificação; aqui se usa a metáfora do conduto (posição assumida pela teoria da comunicação);
- c) como atividade cognitiva – ato de criação e expressão do pensamento típica da espécie humana (representada pelo cognitivismo);
- d) como atividade sociointerativa situada – a perspectiva sociointeracionista relaciona os aspectos históricos e discursivos.

Ao observarmos esses conceitos de língua, é possível entender que a posição que se adota se não determina, pelo menos, interfere na ideia que se tem de texto. Se o professor,

por exemplo, entende a língua apenas como “forma ou estrutura”, tende a trabalhar apenas os aspectos formais desta. Consequentemente, tende – também – a tratar o texto apenas em seus aspectos formais.

Deixamos aqui clara a nossa intenção de olhar a língua como “instrumento de interação social entre seres humanos, usado com o objetivo principal de estabelecer relações comunicativas entre os usuários” (DIK, 1978 apud NEVES, 1997, p.19). Tomamos aqui “intenções comunicativas” num sentido amplo, não simplesmente como transmissão de informações, mas abrange desde o *para que dizer, como dizer, por que dizer neste momento ou desta forma*.

Voltando à concepção de texto, no dicionário de Linguística da Enunciação (FLORES et al. 2009), apresenta-se a definição de texto baseando-se em Ducrot (1984) e em Récaniti (1979). Para o primeiro, texto é uma linguística abstrata constituída por uma sequência de frases subjacente ao discurso. Para o segundo, texto é o conteúdo vinculado em um enunciado.

Percebemos que o conceito de texto não é assim tão bem definido, e isso provoca certas situações que podem retardar o processo de desenvolvimento de competências linguísticas, uma vez que o professor de língua pode trabalhar a língua – e, consequentemente, o texto – de maneira reducionista, enfatizando apenas alguns aspectos do processo.

Ainda sobre a noção de que se tem de texto, não se concebe mais entendê-lo como uma simples organização de frases escritas, ou como simplesmente uma fala bem articulada, uma vez que a forma do texto é apenas uma parte deste. O texto é um todo com sentido, mas esse sentido é construído na interação e decorrente dos mais variados aspectos, desde questões de conhecimentos de mundo até questões estéticas.

Além disso, o texto não deve ser visto como apenas no sentido grafocêntrico, nem tomado em oposição ao discurso oral, pois “opor texto escrito a discurso oral reduz a distinção ao suporte ou meio e dissimula o fato de que um texto é, na maioria das vezes, polissemiótico.” (CHARAUDEAU; MAINGUENAU, 2016, p.466).

Os estudos linguísticos atuais, sobretudo o funcionalismo e a linguística textual, concebem o texto como uma unidade de uso da língua em situação de interação e como uma unidade semântica:

Um texto é mais bem pensado não como uma unidade gramatical, mas antes como uma unidade de tipo diferente: uma unidade semântica. A unidade que o texto tem é uma unidade de sentido em contexto, uma textura que expressa o fato de que ele se relaciona como um todo com o ambiente no qual está inserido. (HALLIDAY; HASAN, 1976 apud CHARAUDEAU; MAINGUENAU, 2016, p.467).

Esse conceito de texto como um evento comunicativo que acontece num determinado contexto – portanto se faz no momento de interação – leva em conta a concepção de Língua como atividade sociointerativa situada. Essa concepção está presente em autores como Halliday e Hasan (1976 apud CHARAUDEAU; MAINGUENAU, 2016), Beaugrande (1997 apud MARCUSCHI, 2008) dentre outros, bem como, Neves (2016), Cavalcante e Custódio Filho (2010), Antunes (2009), Marcuschi (2008), Koch (2014), entre outros.

Assim, temos o foco voltado especialmente para os sentidos que o texto carrega e(ou) produz no ato comunicativo. Entende-se dessa forma a língua como instrumento de interação, a qual acontece por meio do texto. Aqui seguimos o pensamento de Antunes (2009, p. 76, 77), que nos diz que “ninguém fala ou escreve a não ser por meio de texto”. Assim, entende-se o caráter semântico e interacional do texto. Neste contexto, podemos direcionar (esperamos que para o rumo certo) o nosso olhar sobre linguagem e texto: “a investigação sobre a linguagem tem por meta tratar da temática dos sentidos. É a busca por desvendar as relações entre as formas e os sentidos”. (CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO, 2010, p. 57)

Dessa forma, para Cavalcante e Custódio Filho (2010), o texto é algo que se abstrai da relação entre texto, leitor e autor dentro de um contexto sociocultural específico. Nas palavras dos autores: “Consideramos que o texto emerge de um evento no qual os sujeitos são vistos como agentes sociais que levam em consideração o contexto sociocomunicativo, histórico e cultural para a construção de sentidos.” (CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO, 2010, p. 58).

Essa mesma concepção de texto como produto da interação se encontra em Koch (2014, p. 30)

Um texto se constitui enquanto tal no momento em que os parceiros de uma atividade comunicativa global, diante de uma manifestação linguística, pela atuação conjunta de uma complexa rede de fatores de ordem situacional, cognitiva, sociocultural e interacional, são capazes de construir, para ela, determinado sentido.

Nessa perspectiva, o texto é o resultado – por que não dizer final? – de todo o amplo e complexo processo interação, envolve muitos fatores – aspectos linguísticos e extralinguísticos, intenções de ambas as partes envolvidas no processo, entre outros.

De acordo com Beaugrande (1997 apud MARCUSCHI, 2008, p. 72), “o texto é um evento comunicativo em que convergem ações linguísticas, sociais e cognitivas”. É importante observar que a noção de texto aparece aqui como um evento, o que chama atenção para o caráter de interação e para o fato de que o sentido acontece no texto. Aqui cabe o pensamento presente em Koch (2014, p. 30), para quem “o sentido não está no

texto, mas se **constrói a partir dele**” (grifo da autora).

Nesse sentido, chamamos atenção ainda para a necessidade de uma espécie de contrato textual entre locutor e interlocutor, pois o texto se dá nesse todo. Assim, consoante Cavalcante e Custódio Filho (2010, p. 61), “o texto é uma construção que cada um faz a partir da relação que se estabelece entre o enunciador, sentido/referência e co-enunciador (*sic*), num dado contexto sociocultural.”.

A mesma ideia é explícita nas palavras de Marcuschi (2008, p.77): “o texto acha-se construído na perspectiva da enunciação; um dos aspectos centrais no processo interlocutivo é a relação dos indivíduos entre si e com a situação discursiva.”.

Antunes (2009, p. 75-76) relembra dois fatores da textualidade ligados aos interlocutores: primeiro, a intencionalidade, que está centrado no emissor. É a predisposição do falante em dizer coisas que têm sentido, isto é, interpretáveis. Segundo, a aceitabilidade, que é centrada no destinatário. É a predisposição para apreender, calcular, captar os sentidos do que é dito.

Dessa forma, ressaltamos a importância de se estudar, conceituar, refletir e ensinar o texto como uma unidade semântica que ocorre num determinado lugar e tempo. Acontece com a interação de seres sociais (contexto) e que em alguns casos, ele [o texto] precisa de uma organização mais bem elaborada de palavras, frases, períodos (cotexto), podendo ser escrito ou falado, e, outras vezes, pode ocorrer por meio de outras diferentes formas, como imagens, gestos, musicalidade, iluminação (plurissemiotividade).

Para encerrar a discussão deste tópico, ratificamos a importância, ou melhor, a necessidade, de os avanços dos estudos e das pesquisas sobre esses assuntos fazerem parte também do cotidiano dos professores de educação básica e conseqüentemente dos sujeitos da aprendizagem da língua, os alunos.

## 2 E O MATERIAL LINGUÍSTICO?

Discorreremos neste tópico sobre outro problema que pode retardar e(ou) impedir que os alunos desenvolvam e aperfeiçoem realmente sua competência linguística. Estamos falando da maneira distorcida e equivocada com que as teorias podem chegar até o campo da prática e como isso influencia no processo de desenvolvimento das competências comunicativas dos usuários da língua.

O problema talvez seja também uma questão antropológica: geralmente os humanos têm uma tendência ao extremismo. Obviamente que um extremo é causado por outro. Esse problema, talvez de ordem sociológica ou psicológica, provoca uma das piores conseqüências para o ser humano e, por conseguinte, para a sociedade: a falta de



equilíbrio.

O problema disso é que sempre que surge um novo estudo, um novo pensamento, uma nova teoria, há uma tendência a, ou se rejeitar completamente esse novo – quando não se está aberto a mudanças –, ou se aderir extremamente, do modo a rejeitar os benefícios daquela que já se estava trabalhando.

Isso é claramente perceptível quando o assunto é o ensino de línguas, especialmente, língua materna. Parece que os professores têm uma tendência a, ou rejeitar completamente os novos estudos teóricos e metodológicos sobre as questões relativas à compreensão e ao ensino da língua ou a fazer uma adesão radical e equivocada dos novos estudos e conceitos abolindo e abominando as teorias e práticas antigas. De um modo ou de outro, esse professor não estará contribuindo para a formação linguística plena de seus educandos.

Se, por um lado, muitos professores continuam com visões ultrapassadas de conceitos, usos e ensino da língua, por outro, muitos “modernizaram demais”, de modo a ir de um extremo (trabalhar só o material linguístico) ao outro (trabalhar somente questões contextuais, situacionais).

É possível vermos professores da educação básica (muitas vezes influenciados por professores da graduação) concebendo a língua e o texto apenas como algo semântico e natural, levado pela ideia de que o que importa é a interpretação. Conseqüentemente, a aprendizagem da parte cotextual, ou seja, do material linguístico, fica defasada, fazendo com que também as questões de interpretação e, sobretudo, de produção do texto fiquem extremamente comprometidas, na medida em que, o material linguístico está a dispor do produtor e do receptor do texto exatamente para a produção de sentidos. Assim, quanto mais o indivíduo dispõe de conhecimentos linguísticos, mais opções ele tem para a produção de seu texto.

Antunes (2009, p. 94), já alerta para a origem e os perigos desse extremismo. A autora assim expõe:

[...] o processo de escolarização que a língua sofreu, processo em que, normalmente, reinou a mais radical descontextualização, apagou da língua seu caráter de funcionalidade. E aí, por vezes, se cai no extremo de fazer as regras valerem por si mesmas, absolutas e intocáveis, ou se cai no outro de desconsiderá-las e não desconfiar de que não vale qualquer palavra, em qualquer lugar.

O resultado disso tudo é que: por um lado, podemos ter (e temos) aulas de nomenclaturas gramaticais, em que os professores forçam os alunos a memorizarem nomes e regras fora de situação real de uso da língua, fazendo com que o falante pense que a própria língua é muito difícil e ele não aprenderá; por outro, podemos ter (e temos também) aulas somente de leitura e reflexão sobre o contexto sócio-histórico-político-

econômico em que o texto foi produzido, fazendo com que o aluno não desenvolva uma consciência metalinguística, tão importante para a produção e recepção de textos.

Para compreendermos melhor isso, vamos voltar aos conceitos de texto aqui já debatidos. Em Koch (2014, p. 30), temos o seguinte pensamento:

Um **texto se constitui** como tal no momento em que os parceiros de uma atividade comunicativa global, **diante de uma manifestação linguística**, pela atuação conjunta de uma complexa rede de fatores de ordem situacional, cognitiva, sociocultural e interacional, são capazes de construir determinado sentido. (Grifo nosso).

Nos autores aqui citados – e em conceitos mais atuais e aceitos pela comunidade acadêmica –, o conceito de texto, assim como não se restringe à questão cotextual, também não se restringe à parte contextual. Isso porque – repetimos – os elementos linguísticos são ferramentas imprescindíveis para se conseguirem os efeitos extralinguísticos de que precisam os textos.

Antunes (2009, p. 93) corrobora essas ideias, pois, segundo ela, “a textualidade é de natureza complexa e se constitui de uma dupla estrutura: uma linguística e outra extralinguística. Ambas determinantes e imprescindíveis para a coerência do texto.” A autora chama a atenção dizendo que “o fato de admitir o condicionamento de fatores situacionais para a definição de coerência dos textos não neutraliza a pertinência de seu material linguístico.” Mais veementemente ela diz que: “Construir um texto é uma operação de natureza também lexical e gramatical. Não se pode escolher aleatoriamente as palavras, nem arrumá-las de qualquer jeito, nem tampouco optar por qualquer sequência de frases.” (ANTUNES, 2009, p. 93)

Desse modo, fica claro que o texto dever ser visto tanto sob seus aspectos contextuais (as motivações que levam alguém a produzi-lo, as condições de produções, os falantes, a época, o suporte etc), quando seus aspectos cotextuais (material linguístico).

Ratifica-se, assim, que o estudo e o ensino de língua(s) precisam atentar-se tanto para os aspectos linguísticos quanto para os aspectos extralinguísticos, uma vez que a gramática é reconhecida e ganha sentido no uso, no processo de interação, mas o processo de interação também depende do uso. O que estamos dizendo é que em todo processo de comunicação humana – que é uma necessidade própria da espécie – está a relação de interdependência entre gramática e discurso.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscou-se chamar a atenção para a necessidade de também os professores de língua materna na educação básica conhecerem melhor – ou atualizarem –

os conceitos de sua área a fim de que, com o real embasamento teórico, possam direcionar melhor sua prática. Viu-se que um dos impasses ainda presente no ensino de línguas, principalmente no de língua materna, é o distanciamento entre a prática e a teoria.

Ademais, é possível perceber certo extremismo ideológico e, conseqüentemente, prático no momento de se aderir a teorias. No Brasil, por exemplo, não é incomum encontrar um professor que centra suas aulas de Língua Portuguesa apenas na prática de memorização de regras e de nomenclaturas da gramática normativa. Isso faz com que o falante nativo da língua pense que ele mesmo não sabe nem é capaz de aprender a língua. Isso porque o professor adotou a passou para o aluno a concepção equivocada de que saber língua é ter memorizadas as regras, mesmo sem saber usá-las em situações reais de uso.

Por outro lado, é também possível encontrar professores que acabam abolindo por completo e, até mesmo abominando, aquilo que é chamado de tradicional. Trabalham assim, em suas aulas – em nome dessa modernidade e para não serem preconceituosos linguisticamente – apenas leituras, discutindo somente o assunto presente no texto, mas não discutindo o texto em si, ou seja, não procuram os sentidos do texto com base em seu material linguístico e extralinguístico. Muitas vezes, a linha temática do texto é somente um pretexto para discussões de outras áreas. A reflexão sobre o texto mesmo acaba não acontecendo, e os alunos não desenvolvem a consciência metalinguística.

As conseqüências desse extremismo é uma formação linguística bastante deficiente. Ou se forma um indivíduo que memorizou (quando memoriza) muitas regras e nomenclaturas da gramática prescritiva e não sabe usá-las nas diversas situações de comunicação, ou se forma um indivíduo que apenas discute temas sociais, mas que não desenvolveu as competências linguísticas nem metalinguísticas necessárias à real leitura e interpretação textual, isto é, necessárias para uma comunicação eficaz e significativa.

O principal objetivo desse trabalho foi discutir – ou, pelo menos apresentar – os conceitos de texto e língua, bem como tratar de como esses conceitos chegam aos reais sujeitos de ensino de língua (professores da educação básica e seus alunos) e de que forma isso afeta o processo de aquisição e desenvolvimento da linguagem. Deixamos clara nossa posição de se olhar e tratar o texto sob a óptica do material extralinguístico e também do material linguístico. Entendemos que quanto mais estreita for a relação entre eles [os materiais], maior é a capacidade de expressividade do usuário da língua.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. **Língua, texto e ensino: outra escola possível**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

\_\_\_\_\_. **Lutar com palavras: coesão e coerência**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

AULETE, Caldas. **Aulete Digital - Dicionário contemporâneo da língua portuguesa**: Dicionário Caldas Aulete. [on-line]. Disponível: <<http://www.aulete.com.br/texto> > acesso em 15 de julho de 2017.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; CUSTÓDIO FILHO, Valdinar. Revisitando o estatuto do texto. **Revista do GELNE**, Piauí, v.12, n.2, 2010.

\_\_\_\_\_. Função discursiva dos elos coesivos referenciais. **Leia Escola**, Campina Grande, v. 14, n. 1, 2014 – ISSN 2358-5870. Disponível em: <<http://revistas.ufcg.edu.br/ch/index.php/Leia/article/viewFile/327/257> >. Acesso em: 16 abr. 2017

CHARAUDEAU, Patrik; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. Tradução: Fabiana Komesu. 3.ed. 2ª reimpressão. São Paulo :Contexto, 2016.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FLORES, Valdir do Nascimento [et al]. **Dicionário de linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2009.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. 10. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

Título em inglês:

**ELEMENTARY REFLECTIONS ABOUT THEORY AND PRACTICE OF  
CONCEPTS AND TEXT TEACHING**